



FITO - OSASCO
Auxiliar de Docência

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	1
Sinônimos e antônimos	19
Sentido próprio e figurado das palavras	20
Pontuação	26
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	31
Concordância verbal e nominal	55
Regência verbal e nominal	57
Colocação pronominal	60
Crase	62
Questões	64
Gabarito	75

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	1
Mínimo múltiplo comum; máximo divisor comum	3
Razão e proporção	11
Regra de três simples ou composta	15
Porcentagem	17
Equações do 1º ou do 2º grau	19
Juros simples e compostos	25
Sistema de equações do 1º grau	27
Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	30
Relação entre grandezas – (tabelas e gráficos de funções polinomiais de 1º e 2º grau)	36
Tratamento da informação: medidas de tendência central (média, moda e mediana) ..	39
Noções de geometria: forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras e de tales	42
Questões	57
Gabarito	65

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO

Lei n.º 9.394/1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional	1
Lei n.º 13.415/2017 – Alterou a lei de diretrizes e bases da educação nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio	33
Lei n.º 13.005/2014 – Aprova o plano nacional de educação – pne e dá outras providências	39
Constituição federal – da educação, capítulo iii, seção i.....	63
Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente – eca	69
Parecer cne/ceb n.º 17/2001 – diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica.....	137
Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, ministério da educação básica, secretaria da educação especial, 2007	162
Questões	170
Gabarito.....	178

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A criança e a formação pessoal e social	1
O conhecimento do mundo	2
A construção da identidade e da autonomia das crianças	4
.A infância e a cultura	7
A arte enquanto espaço da produção cultural da infância	8
A criança e as interações	11
A educação escolar – aprendizagens e ensino: ensino e a aprendizagem da língua....	14
Alfabetização	16
O texto como unidade de ensino.....	19
Diversidade textual e gêneros discursivos	23
Ensino e a aprendizagem da matemática	26
Construção da competência leitora e escritora das crianças	28
A criança enquanto ser em transformação.....	31
Questões	33
Gabarito.....	40

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCF) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



As leis educacionais do Brasil são baseadas principalmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que tem como objetivo estabelecer os padrões da Educação Brasileira e abrange desde a educação infantil até o ensino superior.

A LBD trouxe mudanças significativas para o avanço da educação, algumas dessas mudanças são:

– **Organização do Sistema Educacional:** Definiu os padrões do sistema educacional brasileiro, ou seja, estabeleceu como a educação deve ser aplicada e quais os padrões as atividades devem desenvolver nas instituições de ensino, como devem ocorrer as aulas, os conteúdos que devem ser passados e as atividades que os alunos devem realizar.

– **A obrigatoriedade da educação pública em todo Brasil:** Tornou obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos, promovendo a permanência dos estudantes na escola.

– **Gestão democrática:** A gestão democrática tem como principal objetivo assegurar e incentivar a participação de estudantes, pais, professores e funcionários nas decisões das instituições.

– **Ensino Integral:** A importância do ensino integral para os estudantes ultrapassa o aspecto cognitivo e envolve o desenvolvimento emocional, cultural e social.

– **Autonomia no ensino:** A legislação concedeu maior autonomia para as escolas, permitindo que elas criem seus próprios projetos pedagógicos e sua organização curricular.

– **Educação inclusiva:** A lei reforçou a importância da educação inclusiva, garantindo assim o acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular, fornecendo recursos para implantar os sistemas de apoio necessários

Essas mudanças buscaram promover uma educação mais inclusiva, respeitosa e democrática, voltada para o desenvolvimento dos estudantes.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.



Conhecimentos Específicos

A formação pessoal e social é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento infantil e desempenha um papel essencial no processo educativo da primeira infância. Na educação infantil, o foco está em apoiar a criança para que construa sua identidade, desenvolva a autonomia e aprenda a conviver em sociedade de forma colaborativa e empática. A identidade pessoal, entendida como o conhecimento de si mesma, e a social, como a capacidade de interagir positivamente com os outros, são competências cruciais para a vida em comunidade e para o sucesso nas próximas etapas da educação formal e, futuramente, na vida adulta. A base para esse desenvolvimento é construída não apenas por meio da instrução direta, mas principalmente pela vivência e pela experiência, em um ambiente que valorize o respeito, o acolhimento e o estímulo ao protagonismo infantil.

Portanto, a formação pessoal e social de uma criança não se limita ao desenvolvimento acadêmico, mas inclui também a promoção de habilidades socioemocionais que permitem que ela se reconheça como um ser ativo, capaz de expressar suas opiniões, tomar decisões e assumir responsabilidades adequadas à sua faixa etária. Esse aspecto da educação infantil é desenvolvido de forma integral, sendo enriquecido tanto pelas experiências proporcionadas em casa quanto pelas interações e atividades realizadas no ambiente escolar.

O Papel da Escola e da Família na Formação Pessoal e Social

Tanto a escola quanto a família são contextos essenciais para a formação pessoal e social da criança. Cada ambiente possui uma dinâmica própria, mas ambos devem estar alinhados em valores e objetivos educacionais, trabalhando em parceria para que a criança encontre coerência entre o que aprende e pratica em casa e na escola.

No contexto familiar, as primeiras noções de convivência e de autoconceito são formadas. É nesse ambiente que a criança aprende a lidar com os próprios sentimentos, observa modelos de comportamento e inicia a compreensão de normas e valores sociais. A escola, por sua vez, amplia essas experiências ao proporcionar a convivência com outros colegas e adultos fora do núcleo familiar, o que a ajuda a desenvolver a tolerância, o respeito às diferenças e a noção de coletividade.

Para que a formação pessoal e social da criança seja efetiva, é crucial que haja comunicação e cooperação entre família e escola. Esse diálogo pode ocorrer por meio de reuniões, atividades integradas e projetos colaborativos, permitindo que ambas as partes estejam alinhadas em relação aos objetivos e métodos aplicados para o desenvolvimento da criança. A família pode reforçar em casa o que é aprendido na escola, criando um ambiente mais propício ao aprendizado e à formação de valores.

O Desenvolvimento da Autonomia e da Identidade

A formação da autonomia e da identidade são os dois eixos centrais do desenvolvimento pessoal e social na educação infantil. A identidade é construída gradualmente, e envolve a criança em um processo de autodescoberta e valorização de suas particularidades. Quando a criança aprende a reconhecer seus próprios interesses, capacidades e limitações, ela também começa a construir uma base sólida de autoestima e segurança, que será fundamental para suas relações futuras.

O desenvolvimento da autonomia permite que a criança sinta-se capaz de tomar decisões, realizar pequenas tarefas e assumir responsabilidades que contribuam para o seu crescimento pessoal. Atividades como organizar os próprios materiais, escolher o brinquedo com o qual deseja brincar ou até mesmo participar de decisões coletivas simples (como definir qual jogo será feito em grupo) incentivam a criança a desenvolver um senso de independência e responsabilidade.

Em sala de aula, essa autonomia pode ser trabalhada por meio de atividades práticas e cotidianas, como o cuidado com o próprio material, o cumprimento de rotinas e a participação em momentos de planejamento e organização da aula. Esse processo de conquista da autonomia precisa ser mediado por adultos que ofereçam o suporte necessário, respeitando o ritmo de cada criança e criando um ambiente seguro para que ela se sinta confortável em explorar suas capacidades.